



ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Registrem a presença para que possamos começar a Sessão. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Comunico a justificativa de ausência do deputado Coronel David, por um período de onze dias, a contar de 18 de fevereiro de 2026, conforme CI nº 02/2026. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que faça a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, todos os aposentados e aposentadas do Estado de Mato Grosso do Sul que estão em luta permanente contra os 14%, todos os presentes e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. “*Ata da Sexta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata Seis da Quinta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 965/2026, do Ministério dos Povos Indígenas; Ofício nº 33/26, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 52.865, 52.868, 52.871, 52.877, 52.883, 52.886, 52.889, 52.892, 53.037, 53.043, 53.049, 53.052, 53.055, 53.059, 53.062, 53.065, 53.069, 53.072, 53.075, 53.078, 53.081, 53.084, 52.087, 53.090, 53.096, 53.099, 53.102, 53.108, 53.114 e 53.120/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Carta nº 468.027/2026, da Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Renato Câmara, Pedro Kemp, Marcio Fernandes e João Henrique. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Antonio Vaz, Junior Mochi, Gleice Jane, Lidio Lopes e Jamilson Name. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados João Henrique, Roberto Hashioka e Pedrossian Neto. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 83/2024, de autoria do deputado Pedrossian Neto. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 289/2025, de autoria do deputado Caravina. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Lucas de Lima, endereçada aos familiares de Maria do Carmo Guerreiro da Silva; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçadas aos familiares do Pastor José Aparecido de Lima e de Maria Moreira de Araújo; requerimento de moção de apoio, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à delegada de Polícia Civil Jannira Laranjeira, que atua no*”



*enfrentamento à violência contra a mulher em Cuiabá, bem como manifestação de solidariedade à vítima de violência sexual ocorrida nas dependências da Delegacia de Sorriso, no Estado de Mato Grosso; requerimento de moção de louvor, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao segundo-tenente QOAPM Cláudio Antônio Cândido, ao primeiro-sargento PM Genilson de Melo, ao soldado PM Davi Guerreiro da Silva e ao soldado PM Igor Gimenez Rodrigues de Souza, integrantes do Terceiro Pelotão da Polícia Militar de Nioaque, pelo ato de bravura no atendimento à ocorrência de incêndio em residência na vila Santa Amélia, em 8 de fevereiro de 2026; requerimento de moção de louvor, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada aos advogados Lucas Alexandre de Moura Bocato, Yasmin Camila Ferrini e Luciene Maria da Silva e Silva, extensiva à comunidade, movimentos sociais e apoiadores, pela atuação decisiva na suspensão da Lei nº 3.717/2020, de Três Lagoas-MS, pelo Supremo Tribunal Federal, em defesa do Direito Fundamental à Moradia; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, em razão do novo posto de identificação localizado no bairro Guarani, em Corumbá; requerimento, de autoria do deputado Lucas de Lima, solicitando a criação da Frente Parlamentar em Defesa e Proteção dos Direitos dos Animais; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 20 de março de 2026, das 7h às 13h, para a realização do VII Seminário Estadual da Água, da Frente Parlamentar de Recursos Hídricos; requerimento de informações, de autoria do deputado Renato Câmara; indicações, de autoria dos deputados Gleice Jane, Zé Teixeira, Lucas de Lima, Pedro Kemp, Lidio Lopes, Paulo Duarte e Renato Câmara. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e seis”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Quero desejar um feliz aniversário ao deputado Zeca do PT, nosso amigo e ex-governador, atualmente, deputado estadual. Expediente da Sessão Ordinária de 24 de fevereiro de 2026: Ofícios nºs 52.476, 52.479, 52.492, 52.495, 52.505, 52.509, 52.513, 52.524, 52.539, 52.542, 52.551, 52.554, 52.560, 52.563, 52.566, 52.597, 52.600, 52.654, 52.660, 52.663, 52.666, 54.503 e 54.531/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações/requerimentos dos deputados Professor Rinaldo, Zé Teixeira, Renato Câmara, Lia Nogueira, Mara Caseiro, Paulo Corrêa, Coronel David, Lidio Lopes, Gleice Jane, Marcio Fernandes. Senhor presidente, está lido o expediente conforme sua solicitação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Por inversão, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero apresentar um requerimento de informações ao secretário de Justiça e Segurança Pública, com cópia ao

diretor-presidente da Agepen, solicitando esclarecimentos sobre as providências adotadas, pela secretaria e pela Agepen, diante das graves denúncias apontando violação de direitos das detentas da Unidade Penal Feminina de Ponta Porã, incluindo: a adoção de revistas íntimas vexatórias, inclusive durante o período menstrual das detentas, contrariando princípios de dignidade humana e regras de execução penal; relatos de agressão física; uso indevido de spray de pimenta; punições coletivas e restrições de água, prejudicando a saúde e a segurança das detentas; casos de racismo; LGBTfobia; assédio sexual; violência psicológica no ambiente prisional. Por fim, também há deficiências estruturais na unidade, como falta de inspeções sanitárias adequadas, banheiro inadequado, limitações de assistência médica e psicológica, além de condições de higiene precárias. É importante dizer que a pessoa que está presa, detida, pagando pena por algum delito, por algum crime que cometeu, tem que ter as condições mínimas de higiene, de respeito à sua integridade física e moral. A prisão não é lugar de tortura e violação de direitos humanos, deve-se preservar a dignidade da pessoa que já está pagando a pena, que é de privação de liberdade. Segundo a denúncia, na Instituição Penal de Ponta Porã, as revistas das mulheres são feitas sem roupa, agachadas, muitas vezes menstruadas, há agressões físicas, falta de água, falta de condições mínimas de higiene. Estamos fazendo esse requerimento porque a Defensoria Pública já esteve apurando essas denúncias, fez um relatório e encaminhou para secretaria. Queremos saber quais as providências que foram tomadas, ou serão tomadas, para resolver esses absurdos que estão acontecendo no Instituto Penal Feminino de Ponta Porã. Quero apresentar uma indicação à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia ao secretário de Educação, Lucas Henrique, solicitando estudos para a construção de uma quadra de esportes na Escola Municipal Professor Virgílio Alves de Campos, localizada no bairro Mata do Jacinto. Essa escola é antiga, é um prédio antigo que, infelizmente, não tem uma quadra de esportes. Os alunos estão prejudicados nas atividades físicas, nas aulas de Educação Física, porque não existe uma quadra para prática de esportes. Ao lado da escola, existe um terreno que, segundo a direção da escola, é de propriedade do município; então, haveria a possibilidade de a prefeitura construir uma quadra de esportes ao lado da escola para que os alunos possam praticar atividades físicas. Também senhor presidente... Está bom... Posso continuar daqui... Está quase terminando aqui... Quero apresentar uma moção de congratulação à Escola Estadual Maria de Lourdes Toledo Areias, em nome de sua diretora, professora Adriana Bellei, pela certificação por meio do selo ODS Educação 2025. A honraria reconhece o relevante trabalho desenvolvido pela instituição no fortalecimento de práticas educacionais alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reafirmando o compromisso com a promoção de uma educação transformadora, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento sustentável. Ao todo, cento e vinte e nove instituições de ensino brasileiras foram reconhecidas pelo selo ODS Educação, iniciativa que valoriza projetos e ações voltados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. As instituições premiadas desenvolveram mil, oitocentas e noventa e seis iniciativas que contribuem diretamente para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e igualitária. A premiação integra o Programa Especial UnB 2030: Sustentabilidade e Desenvolvimento Inclusivo, da Universidade de Brasília, vinculado ao Ministério da Educação. Parabenizo a escola Maria de Lourdes Toledo Areias, na pessoa da professora Adriana Bellei, competente

diretora que faz um excelente trabalho e uma gestão bastante profícua, pelo trabalho que está sendo reconhecido por esse prêmio. Para terminar, uma moção de congratulação — tenho certeza de que Vossa Excelência, senhor presidente, vai assinar comigo — à CNBB, pelo lançamento da Campanha da Fraternidade, nesse final de semana, que tem como tema "Fraternidade e Moradia". A CNBB, na Campanha da Fraternidade deste ano, está debatendo essa importante temática, que é o direito à moradia digna das pessoas. Inclusive, apresento aqui...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vou pedir para assinar junto com Vossa Excelência. Algumas pessoas até falaram para colocar pela Casa, mas, em razão da liberdade religiosa, quem quiser assinar, assina, porque é uma manifestação individual. Assino com Vossa Excelência, é muito bonita e justa a campanha.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Estão cobrando pressa para encerrar...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Em que pese a ansiedade do deputado Paulo Corrêa, só quero apresentar um requerimento, solicitando a reserva do Plenário para o dia 11 de março, para fazer uma audiência pública, junto com o Dom Dimas, da arquidiocese, com o secretário-executivo da CNBB, que é o padre André Nogueira, para fazer uma audiência pública sobre esse tema da moradia, da Campanha da Fraternidade, "Fraternidade e Moradia". Convido Vossa Excelência para fazer a abertura desta audiência pública, no dia 11 de março. Vossa Excelência engrandecerá, em muito, essa nossa audiência pública. Muito obrigado, em que pese a pressão, em cima de mim, mas vou encerrar.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Comunico a Vossa Excelência que, no Pequeno Expediente, são três minutos.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Obedecerei, sou fiel ao Regimento Interno, senhor presidente, mas obedecerei porque o deputado Pedro Kemp me pediu para eu obedecer à regra dos três minutos. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor coronel Frederico Reis Pouso Salas, comandante-geral do Corpo de Bombeiros, bem como aos sete militares do Corpo de Bombeiros responsáveis pela operacionalização da escada Magirus, ferramenta essencial para a operação de resgate e combate a incêndio. A homenagem também se justifica pelo excelente atendimento prestado pela corporação, que figura como o quarto maior número em ocorrência no país, que demonstra resultados surpreendentes, sendo o primeiro do país em resultado de atendimento à população. Apresento essa moção de congratulação ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, em especial ao segundo-tenente, Christopher, ao aspirante Snayder, ao

primeiro-sargento Roberto, ao terceiro-sargento Catunda, ao cabo Bittencourt, ao soldado Larissa Alana e ao soldado [trecho inaudível]... E essa moção deverá ser entregue ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros. Queria só fazer — ainda tem um pouquinho dos meus três minutos — um comentário: os nossos bombeiros, deputado Zé Teixeira, são os nossos super-heróis de Mato Grosso do Sul; isso foi afirmado pelo meu neto, que esteve comigo nessa visita que fiz à corporação. Vemos o respeito da comunidade com os bombeiros do Estado de Mato Grosso do Sul e acho importante lembrar que fomos nós que compramos essa escada, porque foi a Assembleia que aprovou o orçamento para o senhor governador comprar uma escada Magirus, que atinge quarenta e oito metros de altura. Entendo que estamos atendendo praticamente dezesseis andares dos prédios de Campo Grande. Fora isso, ataca-se o fogo por cima, é uma modernidade para o Corpo de Bombeiros e também comemoramos a compra de um avião Air Tractor, aquele que joga água no fogo no Pantanal e que agora está aprovada [a compra] de mais dois, deputado Zé Teixeira, para serem sediados no município de Água Clara, onde haverá um comando para incêndios florestais, porque o maior polo florestal está entre Campo Grande e Três Lagoas, no município de Água Clara, que é o centro, o epicentro. Por isso, estou comemorando essas vitórias do Bombeiro e mandando felicitações ao nosso governador Eduardo Riedel. Obrigado, senhores deputados.

PRESIDENTE (deputado Paulo Duarte - PSB) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Vou falar por aqui, senhor presidente. Tenho três indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo aos senhores deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara e no Senado, solicitando a união de esforços e gestão conjunta para a destinação de recursos, visando à aquisição de equipamento e a melhoria da estrutura física do Instituto Máximos, localizado no município de Dourados. Outra indicação ao senhor Rodrigo Perez Ramos, com cópia ao senhor prefeito de Dourados, Marçal Filho, solicitando obra de reforma na praça Paraguaia, localizada na rua Monte Castelo, 900, Bairro Jardim Independência, no município de Dourados. Outra indicação também ao senhor secretário Rodrigo Perez Ramos, com cópia aos senhores deputados federais e senadores representantes do Estado de Mato Grosso do Sul na Câmara e no Senado Federal, solicitando união de esforços e gestão conjuntamente em providência do direcionamento de recurso, objetivando melhorias estruturais no Rotary Club de Selvíria, onde será promovido um tradicional encontro de cowboy, em comemoração ao aniversário da cidade. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Duarte - PSB) — Obrigado, deputado Zé Teixeira. Com a palavra, o deputado presidente Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Mais uma vez, bom dia senhoras e senhores deputados. Faço um requerimento... Resolvi fazer uma moção de apoio e de congratulação a árbitra sul-mato-grossense Daiane Caroline Muniz dos Santos. Vi

manifestação do deputado Jamilson e de deputadas a respeito do ocorrido, durante o jogo do Red Bull Bragantino (RBB). A árbitra sul-mato-grossense, Daiane, no exercício legítimo de suas funções, foi alvo de misoginia após apitar partida válida pelas quartas de finais do Campeonato Paulista de Futebol... Mandando cópia ao senhor Reinaldo Carneiro, presidente da Federação Paulista de Futebol e ao senhor Samir de Araújo, presidente da Confederação Brasileira de Futebol. Quero registrar que a árbitra, no exercício legítimo de sua função, foi alvo de declarações públicas que questionaram a sua capacidade profissional, exclusivamente em razão do seu gênero. Trago aqui toda a manifestação, uma explicação, queria registrar primeiro que optei por não fazer moção de repúdio, até porque achei que o gesto do jogador de futebol, de vinte e quatro anos, um menino que já jogou no Benfica, que se tornou profissional em 2022, cometeu um ato infeliz. Ele voltou atrás, pediu desculpas, apesar de a mídia crucificá-lo e muitas pessoas, depois, concentrarem-se somente na fala dele. Quero registrar que assisti à partida de futebol e se o derrotado tivesse sido o São Paulo... O primeiro questionamento, quem o fez foi o São Paulo, em uma jogada em que o jogador do São Paulo se jogou na área e pediu pênalti. A árbitra não deu pênalti para o São Paulo, assim como não deu um pênalti para o RBB, porque não foi pênalti. Quero dizer que assisti à partida e achei uma das melhores arbitragens do campeonato. Por isso, não quero registrar o fato da misoginia, do machismo, porque o problema não é o ato dos jovens, o problema é a cultura, educação e, neste país, pode levar a gestos de violência ou feminicídio. Achei que o gesto foi humilde, do próprio time, da mãe do jogador, da esposa do jogador, da sociedade por cobrar uma postura diferenciada, já é uma demonstração de que estamos no caminho da mudança. Da mudança de não aceitar que pessoas possam continuar cometendo esse tipo de ato. Quero registrar, deputadas Lia Nogueira, Mara Caseiro e Gleice Jane, que lugar de mulher é onde ela quiser e esta Assembleia vai fazer essa defesa. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa, nobres pares, todos que nos honram com a presença neste Plenário e os que nos assistem através da TV Assembleia. Senhor presidente, quero fazer uma indicação, uma moção de pesar e apresentar um projeto de lei. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (Dnit) no Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando estudos para implantação de acostamento e duplicação da rodovia BR-163, no trecho compreendido entre os municípios de Dourados e Naviraí, além de melhorias na sinalização e segurança viária. A BR-163 constitui um dos principais eixos rodoviários do estado, desempenhando papel estratégico no escoamento de produção agrícola, no transporte de mercadorias e na integração regional. O trecho compreendido entre no município de Dourados e Naviraí apresenta intenso fluxo de veículos, incluindo elevado contingente de veículos pesados, especialmente carreta de carga, o que torna a via vital para a economia local e para o desenvolvimento socioeconômico da região, conforme a devida justificativa anexa. Quero,

com tristeza, apresentar uma moção de pesar. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado moção de pesar aos familiares do senhor José Eduardo da Silva, conhecido carinhosamente como Zezinho da Farmácia, pelo seu falecimento ocorrido no dia 20 de fevereiro do corrente ano no município de Mundo Novo. O Zezinho foi um dos primeiros farmacêuticos de Mundo Novo, exercendo sua profissão com dedicação, ética e espírito público em um período em que o município ainda dava seus primeiros passos rumo ao desenvolvimento e sua atuação foi marcada pelo compromisso com a saúde da população, prestando atendimento atencioso, orientação segura e apoio constante às famílias mundo-novenses, tornando-se referência de profissionalismo e humanidade. Ao longo de sua trajetória, construiu não apenas uma história profissional exemplar, mas também laço de amizade, respeito e admiração, sendo reconhecido pelo seu caráter íntegro, simplicidade e disposição para servir ao próximo. Sua contribuição para o fortalecimento da saúde do município deixa um legado que permanecerá na memória e no coração de todos que tiveram o privilégio de conviver com ele. Neste momento de dor, esta Casa de Leis solidariza-se com os familiares e amigos, rogando a Deus que conforte os seus corações e conceda forças para enfrentar essa irreparável perda. Projeto de Decreto Legislativo que torna reconhecido como patrimônio histórico e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul o chapéu rural, símbolo da identidade do povo pantaneiro e da tradição agropecuária do estado. Art. 1º. Fica reconhecido como patrimônio histórico e cultural do Estado de Mato Grosso do Sul o chapéu rural, símbolo da identidade do povo pantaneiro e da tradição agropecuária do estado. Art. 2º. Para os efeitos desta lei, considera-se chapéu rural: I - o chapéu tradicionalmente utilizado por trabalhadores do campo, peões, vaqueiros e demais manifestações culturais ligadas ao cotidiano rural; II – o chapéu como elemento simbólico de festas, rodeios, provas, campeiras e eventos que expressam a cultura pantaneira; III - o chapéu como representação da história, identidade e patrimônio cultural das comunidades rurais do estado. Art. 3º. A Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul ficará responsável por: I - registrar e inventariar o chapéu rural no Livros de Registro de Bens Imateriais e Patrimônio Cultural; II - promover ações de preservação, divulgação e educação sobre o chapéu rural; III - incentivar eventos, exposições e atividades culturais que valorizem o chapéu como patrimônio histórico e identitário do estado. Art. 4º. O Estado poderá apoiar projetos de pesquisa, educação e difusão cultural relacionados ao chapéu rural, incluindo sua fabricação, história e usos tradicionais, garantindo a preservação de sua memória e simbolismo. Art. 5º. Esta lei entre vigor na data de sua publicação. O chapéu rural é um ícone cultural do Estado de Mato Grosso do Sul, presente na vida cotidiana do campo, nas festas tradicionais, nos rodeios e nas manifestações culturais pantaneiras. Além de sua função prática de proteção contra o sol e intempéries, o chapéu simboliza a identidade do trabalhador rural, sua história e suas tradições. O reconhecimento do chapéu como patrimônio histórico e cultural visa: 1 - valorizar a cultura local e reforçar a identidade do povo pantaneiro; 2 - preservar práticas e saberes associados ao campo, evitando a perda de símbolos culturais significativos; 3 - promover a educação e difusão cultural para as futuras gerações; 4 - incentivar eventos e manifestações culturais que mantenham viva a tradição do uso do chapéu no cotidiano rural. A presente proposição está amparada na Lei Estadual nº 3.522/2008, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Mato Grosso do Sul, possibilitando o registro e preservação de bens

culturais materiais e imateriais. Essa é uma solicitação de laçadores que fazem parte dos clubes de laço comprido. Ouvi atentamente Vossa Excelência falar, na semana passada, a respeito de uma lei que determina o uso do capacete. Quero dizer que os peões, os homens do campo que trabalham e labutam, sempre usaram culturalmente e existe uma regra para você participar das provas de laço comprido pela federação: é obrigatório o uso do chapéu, você tem que estar coberto. É interessante porque as pessoas vão andar a cavalo e não vão pilotar moto nas arenas de laço comprido e nem no campo apartando boi. Aquele fazendeiro que já tem uma vida mais tranquila, que já tem seu quadriciclo no campo, nada mais justo que ele ande com um capacete, não é verdade? Ou aquele peão que monta touro, que precisa ter uma proteção maior devido às cabeçadas no momento de ele montar um touro de grande porte, nas provas de rodeio, até justifica o uso. No entanto, para o homem do campo que está ali apenas fazendo manejo, fazendo o aparte do gado ou fazendo uma prova de laço comprido, que não tem e não expressa nenhum perigo, o chapéu sempre foi o ideal, é cultural. Para que as pessoas possam manter essa tradição no estado, estamos apresentando esse projeto de lei, tornando o chapéu um patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso do Sul. É o que tinha. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, presidente. Antes de o deputado Junior Mochi chegar, para fazer uso da palavra dele..

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Eu só queria fazer uma moção de congratulação ao apóstolo Denilson e a todos os membros da igreja Alianças, que completam dez anos de fundação em Campo Grande. Era o que tinha. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia a todos os colegas deputados presentes na Sessão. Cumprimento todos que nos prestigiam com suas presenças, a imprensa e os nossos servidores da Casa. Vou apresentar cinco indicações e um projeto de lei. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Magnífico reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), professor doutor Laércio Alves de Carvalho, com cópia à Pró-Reitoria de Ensino, à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (Proap), à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social (Prodes), solicitando que seja analisada com prioridade institucional a viabilidade administrativa, acadêmica e orçamentária para a implantação do turno matutino do curso de Direito, na

unidade universitária da UEMS, no município de Naviraí. A presente solicitação decorre de demanda encaminhada ao meu gabinete por lideranças políticas, comunitárias e acadêmicas da região do Cone Sul do estado, as quais apresentaram estudo técnico de viabilidade estratégica, demonstrando a existência de infraestrutura física disponível no período matutino, bem como a potencial ampliação do acesso ao ensino superior público e gratuito. O estudo apresentado aponta que a unidade de Naviraí dispõe de estrutura suficiente, atualmente subutilizada no período da manhã, considerando que os cursos de graduação existentes funcionam predominantemente no turno noturno. Destaca-se, ainda, que a ampliação do curso para o período matutino poderá atender novo perfil de estudantes, especialmente egressos do ensino médio, alunos provenientes de municípios vizinhos, cuja logística de deslocamento diurno se mostra mais segura e viável. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Infraestrutura e Logística, com cópia ao senhor Rudi Fiorese, diretor-presidente da Agesul, solicitando a adoção de medidas urgentes com a execução dos seguintes serviços: 1 - recuperação de aproximadamente cento e dez quilômetros de estrada vicinais, abrangendo os assentamentos Uirapuru (setenta e cinco quilômetros), Santa Guilhermina (vinte e cinco quilômetros), a estrada do Buritizal (dez quilômetros) e extensão do serviço aos demais assentamentos e aldeias indígenas mencionados com encascalhamento, abaulamento das rodovias; 2 - instalação de lombadas para desvio de águas pluviais e caixas de contenção de enxurradas no assentamento Uirapuru, especialmente em trechos de declive acentuado; 3 - recuperação da ponte interditada, próximo ao lote cento e oitenta e um, na divisa entre os assentamentos Uirapuru e Santa Guilhermina, cuja interdição compromete o transporte escolar. A presente proposição atende à solicitação do vereador Jorge Fernandes Lemes, da Câmara Municipal de Nioaque, encaminhada a este gabinete parlamentar. Indicação ao senhor Rodrigo Peres Ramos, secretário de Governo e Gestão Estratégica, ao senhor Frederico Felini, secretário de Estado de Administração, e ao senhor governador Eduardo Riedel, por cópias autônomas, solicitando análise de viabilidade administrativa e normativa para permitir aos bombeiros militares temporários do Estado de Mato Grosso do Sul o acesso aos planos de assistência à saúde, disponibilizados aos servidores públicos estaduais, especialmente à Cassems ou ao Unisaúde, com possibilidade de participação institucional do Estado, nos moldes já assegurados a outras categorias, como a de professores convocados, que possuem vínculo temporário junto à administração pública estadual, tendo em vista a relevância das atividades desempenhadas por esses profissionais, caracterizadas como de elevado risco e intensa exposição física e psicológica, frequentemente desenvolvidas em cenários de calamidade, acidentes graves e ocorrências, que exigem esforços contínuos, preparo técnico e pronta resposta operacional. Indico também à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Logística e Infraestrutura, com cópia ao senhor Rudi Fiorese, diretor-presidente da Agesul, solicitando a realização de obras de patrolamento e limpeza das laterais da estrada que liga o distrito de Morraria do Sul até a fazenda Flor da Bodoquena, no município de Bodoquena. A presente proposição se justifica em razão da solicitação apresentada pelo vereador Mário Roberto Severino Ferreira, da Câmara Municipal de Bodoquena, formalizada a este parlamentar por meio do Ofício nº 001/2026. Indicação

ao secretário de Logística e Infraestrutura, Guilherme de Alcântara Carvalho, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando a substituição das pontes de madeira por galerias de concreto em todas as pequenas vazantes, na rodovia MS-339, que liga a colônia Campina ao distrito de Morraria do Sul, bem como às demais regiões do município de Bodoquena. Essa indicação também atende à solicitação dos vereadores Mário Roberto Severino e Ailton Ferreira Marques, da Câmara Municipal de Bodoquena. Por fim, um projeto de lei, que declara de utilidade pública o Clube Social Esportivo e Recreativo Fut 50, com sede no município de Coxim. Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Clube Social Esportivo e Recreativo Fut 50, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza assistencial, com sede e foro no município de Coxim. Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Com a palavra, o ilustre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, deputado Paulo Corrêa, eminente presidente desta Sessão, todos os colegas, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão. Indicação ao prefeito de Glória de Dourados, senhor Júlio Cleverton dos Santos, solicitando a implantação de sinalização vertical nas estradas vicinais, denominadas linhas, visando facilitar a localização das citadas vias rurais pelas pessoas que transitam pela BR-376 e que não conhecem a região. Da mesma forma, encaminho ao prefeito de Fátima do Sul, senhor Wagner Roberto Ponsiano, o Wagner da Garagem, solicitando a implantação de sinalização vertical das respectivas placas nas estradas vicinais, denominadas linhas, também no município de Fátima do Sul. Requeiro à Mesa que seja encaminhada moção de congratulação à professora e pesquisadora do Instituto de Biociências da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, senhora Letícia Couto Garcia, em decorrência de conquistas na área de Ciências da Vida, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como forma de reconhecer as mulheres cientistas de outras gerações e incentivar o ingresso de mais meninas e mulheres na Ciência. A moção deverá ser redigida da seguinte forma: "Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante dos anseios da sociedade, pela iniciativa do deputado Professor Rinaldo Modesto, congratula-se com Letícia Couto Garcia, professora e pesquisadora do Instituto de Biociências da Fundação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (Inbio), em decorrência da conquista na área de Ciências da Vida, categoria estímulo, do Segundo Prêmio Mulheres de Ciências, promovido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)". Tempestiva oportunidade, senhor presidente, essa homenagem à professora e pesquisadora do Inbio, pois representa um marco da excelência, da dedicação e do compromisso com a ciência brasileira e com a preservação do meio ambiente. Receber um reconhecimento do CNPq não é apenas uma conquista individual, é a validação de uma trajetória construída com rigor acadêmico, inovação e impacto social. Trata-se de uma distinção reservada a profissionais que contribuem de forma significativa para o avanço do conhecimento, fortalecendo a pesquisa, formando novos talentos, impulsionando o desenvolvimento científico e tecnológico do país. A professora Letícia, com sua atuação

exemplar, demonstra que a ciência se constrói com perseverança, ética e paixão pelo saber. Sua premiação simboliza o reconhecimento de anos de estudo, produção intelectual qualificada e compromisso com a transformação da sociedade por meio da pesquisa. Letícia comandou uma expedição para plantar cerca de quatrocentas mudas de árvores raras, consideradas sagradas pelos povos originários, na terra indígena localizada no município de Miranda. Os exemplos foram cultivados durante cerca de quarenta anos no laboratório do Inbio. Receba nossas sinceras congratulações por essa conquista tão significativa e que essa vitória seja apenas mais um capítulo de uma trajetória repleta de realizações e novos êxitos. É o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas e público que nos assiste. Apresento uma moção de apoio à Daiane Muniz, natural de Três Lagoas, em razão dos ataques machistas e misóginos sofridos no exercício de sua função em partida oficial do futebol brasileiro. Manifestamos irrestrita solidariedade à árbitra Daiane Muniz, mulher, sul-mato-grossense, que construiu trajetória profissional marcada pela competência técnica, preparo e reconhecimento nacional e internacional, honrando o Estado de Mato Grosso do Sul nos palcos do futebol brasileiro. Quero apresentar essa moção de apoio à Daiane, porque o que vimos nos últimos dias no país nos traz bastante preocupação. Vimos a Daiane sendo acusada, julgada por um erro do jogador, ou seja, os homens erram e a culpa é das mulheres! Assistimos a vários casos que nos trouxeram preocupações como, por exemplo, o desembargador de Minas Gerais que culpa uma menina, uma criança, de ter sido estuprada quatro vezes e isso serve de justificativa para que o próximo estuprador não precise ser condenado. Ao invés de julgar os outros quatro, ao invés de investigar os outros crimes, ele libera o estuprador para continuar cometendo um crime de estupro contra criança. Vimos uma situação de um homem que trai a esposa, que se separa da esposa, mas não aceita que ela fique longe dele, mata os filhos e se mata. E toda a sociedade diz que a culpa é das mulheres e, mais uma vez, no final de semana, vimos um jogador que jogou mal, que perdeu o jogo e que coloca a culpa na árbitra e ainda questiona porque é uma mulher, ou seja, o que está em discussão aqui é o comportamento de uma sociedade que legitima a misoginia, que legitima o machismo e que não se propõe a enfrentar essas situações. Precisamos de um Estado e de uma sociedade que enxerguem as mulheres e que parem de culpá-las, de penaliza-las e de manifestar ódio às mulheres. Nesse sentido, quero fazer um requerimento ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Justiça e Segurança Pública, para que nos apresente quais são os procedimentos adotados em relação a um policial que chutou uma jovem durante o Carnaval em Campo Grande. Espero que a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul também não diga que a culpa é da jovem que estava no Carnaval se divertindo. Estamos fazendo um requerimento de informações, solicitando que o secretário diga para nós quais são os procedimentos adotados e espero que consigamos fazer um bom debate e enfrentar a misoginia no estado e no Brasil, dizendo que as mulheres não são culpadas e



responsáveis pela misoginia, pelo ódio que está sendo instaurado contra as mulheres. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Cito a presença dos vereadores Ailton Amorim, do município de Costa Rica, e Nilcilei Cavalheiro Pereira, do município de Camapuã.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras, senhores e aqueles que nos acompanham pela Rádio e TV ALEMS. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, senhor Rudi Fiorese, solicitando, em regime de urgência, a retomada das obras de construções das duas pontes de concreto sobre o rio Samambaia, que visam atender estradas vicinais que ligam fazendas e o assentamento Teijin à rodovia MS-134, no município de Nova Andradina. A presente indicação tem por objetivo reforçar a necessidade urgente de retomada das obras de construção das duas pontes de concreto, já que elas se iniciarem em 2022 e se encontram paralisadas. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara, vice-presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Caro presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa, como coordenador da Frente Parlamentar de Limites, Divisas Territoriais e Regularização Fundiária, ontem, li uma matéria no Correio de Estado que me chamou atenção, falando que o termômetro do Código Florestal publicou que Mato Grosso do Sul tem quinhentos e noventa e sete mil hectares sem dono declarado. Nós, que fizemos várias reuniões em várias regiões da fronteira para discutir a questão da ratificação rural e também temos um grupo no qual discutimos a questão da regularização fundiária, ficamos sem entender. Diante dessa notícia, dessa informação, estamos fazendo um requerimento para termos informações exatas, porque queremos saber onde estão essas terras. Então, estou encaminhando esse expediente ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e à Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), que detém várias informações do nosso estado, para termos as fontes, a acurácia dessas informações, dos dados corretos, para que possamos fazer o devido debate, porque essa é uma questão muito séria e que a Frente Parlamentar de Desenvolvimento Rural [sic] precisa fazer esse debate e nós, da Frente Parlamentar de Limites, Divisas Territoriais e Regularização Fundiária, queremos participar desse debate e saber sobre essas informações que são muito importantes para o nosso estado. Indicação ao secretário de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, com cópia ao diretor-presidente Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando, em caráter de urgência, uma nova vistoria técnica imediata no trecho da rodovia da MS-141, compreendido entre o município de Ivinhema e Angélica. Já foram feitas várias

ações e todas acabam danificando esse trecho que precisa de reparos, de uma intervenção permanente. É preciso ter um projeto que, de fato, resolva esse problema e estou encaminhando para que seja feito de forma urgente esse questionamento e também pedindo aqui, encaminhando e indicando, em caráter de urgência, ao senhor Rudi Fiorese, solicitando a reconstrução da ponte de concreto sobre o rio do Peixe, no município de Rio Negro. Essa é uma questão importante que está impedindo o deslocamento da produção nessa região, que merece atenção especial. Diante disso, senhor presidente, apresento essas indicações e esses requerimentos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa- PSDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, todos que nos acompanham pela TV ALEMS, Rádio ALEMS e pelas redes sociais. Não sei se ainda estão no Plenário, mas gostaria de cumprimentar as seguintes pessoas: o prefeito de Costa Rica, Cleverson Alves; a vereadora de Costa Rica, Evair Gomes; a vereadora de Chapadão do Sul, Andréia Lourenço; o Ricardo, ex-prefeito de Itaquiraí, que vi agora no Plenário. É um prazer recebê-los em nossa Sessão. Trago um projeto de lei, que declara de utilidade pública a Associação de Amparo às Crianças de Camapuã — Creche Menino Jesus, com sede e foro no município de Camapuã. Artigo 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Amparo às Crianças de Camapuã — Creche Menino Jesus, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com sede e foro no município de Camapuã. Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Plenário Júlio Maia, 24 de fevereiro de 2026. Quero cumprimentar, e parabenizar pelo trabalho realizado, a Talita França, presidente da instituição. Esse projeto de lei vem coroar o trabalho realizado e abrir a possibilidade de que o poder público possa fazer investimentos em nível estadual, para que essa entidade continue prestando serviço de qualidade no município de Camapuã. Peço o apoio dos colegas para aprovação da declaração de utilidade pública para a Associação de Amparo às Crianças de Camapuã — Creche Menino Jesus. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agesul, Rudi Fiorese, para que seja providenciada a imediata limpeza e roçagem das margens da rodovia MS-395, especificamente no acesso ao distrito de Vila Quebracho, uma vez que a vegetação alta prejudica significativamente a visibilidade dos motoristas que por ali transitam diariamente, aumentando consideravelmente o risco de acidentes. Esse é um pedido do vereador Danilo, de Quebracho, vereador atuante do distrito, muito preocupado com o distrito, com a rodovia, com o município Anaurilândia. Esse pedido é específico para o acesso ao distrito, mas toda a MS-395 está necessitando de capinação, de uma atenção especial por parte da empresa terceirizada que presta serviço naquela localidade. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, solicitando a viabilização de reforma do prédio do Terceiro Pelotão, do Décimo Quarto Batalhão da Polícia Militar no município de Jateí, tendo em vista a necessidade de melhorias estruturais para o adequado funcionamento da unidade. Estive em Jateí fazendo uma visita e esse pedido foi

encaminhado pelos vereadores Robson Carmo Monteiro e Suziane Pereira, a Suzi. Essa é uma necessidade, um pedido dos policiais, que apontam a necessidade da reforma. O Estado vem fazendo reformas e adequações em prédios da Segurança Pública, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar e, no caso do Terceiro Pelotão, trata-se de uma reforma urgente, para melhorar as condições de trabalho dos policiais. Por hoje, são só essas duas indicações e esse projeto de lei.

PRESIDENTE (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Deputada Mara Caseiro, Vossa Excelência vai usar a palavra no Pequeno Expediente? Deputado Zeca do PT, como Vossa Excelência não se manifestou, já convidamos a deputada Mara Caseiro e, na sequência, Vossa Excelência fará uso da palavra.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, deputadas e todos que se fazem presentes. Eu poderia ter deixado e fazer a gentileza, pois hoje é aniversário do deputado Zeca do PT. Parabenizo-o pela data, desejando-lhe muita saúde, muita sabedoria. Comemoramos, hoje, noventa e quatro anos do direito ao voto pelas mulheres. É uma data que tem que ser comemorada, porque podemos, hoje, decidir e ajudar na construção de um país cada dia melhor e não tenho dúvida que a mulher faz a diferença. Que as mulheres, a cada dia, evoluam e possam ocupar os espaços de poder para ajudar na transformação da vida das pessoas. Tenho uma indicação ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Saúde, senhor Maurício Simões, solicitando a destinação de bicicletas elétricas para os agentes comunitários de saúde no município de Paranaíba. Esse é um pedido e uma indicação da vereadora Débora e do vereador Moretti do município de Paranaíba. Os agentes de endemias e os agentes comunitários de saúde têm a necessidade de um programa, em nível de estado e em nível de Brasil, para a destinação de recursos, de verbas para aquisição dessas bicicletas elétricas, que trarão agilidade e conforto. Era o que tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Deputada Mara Caseiro, a luta das mulheres no Brasil não começou hoje. Foram necessários cerca de cinquenta anos para que elas conquistassem o direito ao voto, assegurado na era de Getúlio Vargas. Antes disso, o primeiro país a garantir esse direito às mulheres foi a Nova Zelândia, em 1893. Ainda assim, o Brasil levou aproximadamente mais quarenta anos para seguir o mesmo caminho. Isso demonstra que essa é uma trajetória histórica, marcada por perseverança e mobilização. Embora reconheçamos os grandes avanços alcançados pelas mulheres em nosso país e no mundo, ainda estamos distantes da plena igualdade, do verdadeiro equilíbrio de direitos e oportunidades em relação aos homens. Esta Casa tem oferecido uma contribuição significativa para ampliar e assegurar os direitos das mulheres de Mato Grosso do Sul, reforçando o compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária. Com a palavra, o aniversariante do dia, deputado Zeca do PT, a quem parabenizo, pedindo a Deus que conceda a Vossa Excelência saúde, sabedoria e muitos anos de vida, repletos de alegria ao lado de sua família e amigos.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero agradecer, antes de tudo, a manifestação de carinho que Vossa Excelência me faz, com certeza, em nome desta Casa, na medida em que preside a Sessão de hoje, pela celebração dos meus setenta e seis anos de vida, de luta, de desafios e também de algumas conquistas. Requerimento de informações ao senhor governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Jaime de Verruck, solicitando informações, conforme o que se segue. Considerando as inúmeras reclamações enviadas a este gabinete por agricultores familiares residentes em diversas zonas rurais do estado, solicito saber se existe estudo técnico ou diagnóstico atualizado sobre a atual cobertura da internet e telefonia móvel rural nas áreas rurais do estado. Além disso, sobre o Programa Conecta MS, criado para ampliar a conectividade na zona rural do estado, existe previsão de ampliação do programa através de parceria com o Governo Federal, municípios, empresas de telecomunicações ou instituições privadas, visto que não há previsão de investimento para o referido programa no último orçamento por esta Casa? Caso a resposta ao item anterior seja positiva, quais municípios serão contemplados e qual o cronograma previsto? Indicação ao coordenador do Distrito Especial Sanitário Indígena (DSEI), senhor Lindomar Ferreira Terena, solicitando, com urgência, que sejam adotadas providências necessárias para a regularização do fornecimento de medicamento que se encontra em falta no posto de saúde da aldeia Limão Verde, localizada no município de Aquidauana. Requerimento de informações ao senhor governador do estado, com cópia ao secretário de Infraestrutura e Logística, Guilherme de Alcântara, bem como ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando as seguintes informações: considerando a homologação do Edital de Licitação nº 08.325, da Agesul, qual a previsão para o início das obras de pavimentação asfáltica da rodovia MS-345, no trecho que se inicia no perímetro urbano de Aquidauana até o seu cruzamento com a MS-352? As obras de pavimentação da MS-345 são de suma importância para a Agricultura Familiar na região, uma vez que interliga os assentamentos Indaiá I a IV, aldeia Limão Verde, o distrito de Cipolândia e cidades próximas, sendo uma demanda antiga e importantíssima para pequenos produtores da região. É isso, senhor presidente. Solicito a Vossa Excelência pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Professor Rinaldo – Podemos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, para anunciar que, no mês de março, a Comissão de Desenvolvimento Agrário, Assuntos Indígenas e Quilombolas desta Casa, a qual tenho a honra de presidir, realizará dois momentos muito importantes para o Poder Legislativo. Dia 2, próxima segunda-feira, ocorrerá o lançamento do Programa de Agroindustrialização para os Assentados da Reforma Agrária. Articulando com os deputados federais Vander Loubet e Camila Jara, viabilizei cinco milhões de reais de cada um. Vamos lançar um programa com dez milhões de reais, sendo cinco milhões destinados à agroindustrialização, agregando valor aos produtos da Agricultura Familiar como frutas, leite, mandioca e mel. E os outros cinco milhões serão destinados para perfuração de poços artesianos e instalação de placas solares nos assentamentos e nas pequenas

comunidades, onde se instalarão as agroindústrias, processando e agregando valor para Agricultura Familiar. O segundo grande evento será no dia 11, na outra semana, na quarta-feira, vamos realizar uma audiência pública, com a presença do Ministério Público Estadual e Federal, das universidades, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e do Ministério do Meio Ambiente, com a presença de técnicos nacionais para discutir os impactos da floresta de eucalipto na região leste, particularmente sobre os assentados ou assentamentos da Reforma Agrária... Um desastre, acabando com água, acabando com a fauna, esparramando veneno para tudo que é lado e alguém — e eu me proponho a isso — deve fazer alguma coisa para amarrar a desenfreada atitude irresponsável das grandes empresas que estão se instalando no estado. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: cinco indicações (Prot. nºs 00230/2026, 00229/2026, 00228/2026, 00216/2026, 0213/2026). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 00242/2026, 00241/2026); um projeto de lei (Prot. nº 00243/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: uma moção de apoio (Prot. nº 00233/2026). De autoria do deputado Junior Mochi: cinco indicações (Prot. nºs 00248/2026, 00247/2026, 0246/2026, 00245/2026, 00244/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 0215/2026, 00214/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 00235/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 00217/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 0219/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 00238/2026); dois requerimentos (Prot. nºs 00240/2026, 00236/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 0239/2026, 00237/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de congratulação (Prot. nº 00220/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: duas indicações (Prot. nºs 00224/2026, 00223/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00222/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. nºs 00232/2026, 00231/2026, 00227/2026, 0226/2026, 00225/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, tem três minutos para o Grande Expediente; então, fica, mais uma vez, o meu protesto, porque as sessões têm começado muito tarde. O horário das sessões, pelo Regimento Interno, é 9h, mas estamos começando, quase todos os dias, às 10h, e não sobra tempo para o debate... Vejam, três minutos para o Grande Expediente e a essência do Parlamento é o debate, é a discussão política em torno de projetos, das questões de interesse do Estado. Mais uma vez, quero registrar na ata desta Sessão meu protesto pela falta de debate na Assembleia Legislativa. Que a nossa Sessão possa começar no horário previsto no Regimento Interno. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Concordo plenamente com Vossa Excelência e fica um apelo para que nós comecemos no horário,

conforme prescreve o Regimento Interno. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Não está presente. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de um minuto e vinte e nove segundos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, acredito que em um minuto e trinta eu consigo dar um recado. O secretário de Governo do Eduardo Riedel tem promovido ataques coordenados à minha pessoa através de alguns jornais. Quero dizer para esse secretário — que comprou um imóvel nos Estados Unidos, que comprou uma fazenda na região de Bonito — que estamos investigando. Enquanto isso, deputado Zeca do PT, o comerciante agoniza, enquanto o Estado paga um preço caro por causa da gestão do governador, não há ninguém na Secretaria de Fazenda que possa responder perante a resolução do “Regularize Já”. O secretário de Fazenda que editou esse decreto viajou para Tailândia e ainda não retornou das suas férias, de 6 a 25 de fevereiro. O auditor-chefe Tadeu de Souza Lourenço está recebendo do Estado para ir para um congresso "master" no Uruguai. O Bruno Gouvêa Bastos, quem desmentiu o próprio governo, está no congresso "master" também. O decreto do Frederico Fellini diz que: “Autoriza o afastamento do servidor Bruno Gouvêa Bastos com direito à percepção do vencimento e das vantagens do cargo no período de 23 a 27 de fevereiro”. O secretário adjunto Jean passou a responder sozinho pela Fazenda, enquanto, lá da Tailândia, o secretário de Fazenda designou, pelo Consefaz, para seu chefe de gabinete, Mateus, também estar no Uruguai, lá no congresso "master". Dezesete mil, cento e trinta e nove reais, ou seja, você que é aposentado, que está brigando por 14%, você que é comerciante, que está lutando contra os abusos do Fisco, saibam que eles emitiram os boletos e fugiram, não do nosso estado, fugiram do país. Hoje, a Sefaz está abandonada, sem nenhum contador, sem ninguém ter informação e saber quem responde pela Sefaz, quem pode dizer se essa resolução vai ser suspensa ou mesmo revogada. Governador Eduardo Riedel, tire a mão do meu bolso. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado professor Rinaldo - Podemos) — Encerrado o Grande Expediente. Pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, quero fazer coro à fala do deputado Pedro Kemp, no sentido do respeito ao nosso Regimento, que é claro ao dizer que o Pequeno Expediente durará, no máximo, uma hora. Então, quando chegar a esse prazo, tem que cortar. Se nós iniciarmos às 9h30, 10h30 estará cortado, colocam-se sobre a mesa os requerimentos que faltam. Acho que é importante o cumprimento, para resguardarmos, realmente, o tempo necessário e fundamental desta Casa para os debates.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Não havendo mais oradores inscritos, está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário se há quórum para a deliberação...



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e três senhores deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Havendo quórum para a deliberação, passemos ao primeiro projeto. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 041/2025. Autor: deputado Lucas de Lima. "Institui a Semana de Conscientização e Valorização do Pantanal no Estado de Mato Grosso do Sul". Redação final elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 041/2025, de autoria do deputado Lucas de Lima.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 306/2025. Autor: deputado Junior Mochi. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Modelo Coxim de Ciclismo, com sede no município de Coxim". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Não é para discutir, apenas para prestar um esclarecimento. Essa associação é referência no ciclismo há muitos anos em nível estadual, lançando atletas que competem em nível de Brasil. O campeão brasileiro de ciclismo é jovem, um cidadão coxinense, e isso enobrece Mato Grosso do Sul; portanto, foi criada uma associação justamente por conta do grande número de praticantes do ciclismo na cidade e peço, obviamente, o voto favorável dos colegas.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Quero registrar a presença do Jovenaldo Francisco dos Santos e Claudomiro Martins Rosa, vereadores do município de Costa Rica. A pedido do deputado Junior Mochi, quero registrar a presença de Emerson William Freitas Nunes, vereador do município de Chapadão do Sul; Ailton Amorim, vereador no município de Costa Rica; Nilcilei Carvalho Pereira, o Nilcilei Dog, vereador do município de Camapuã; Andréia Lourenço, vereadora do município de Chapadão do Sul; Evair Gomes Nogueira,



vereadora do município de Costa Rica. Encerrada votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

Projeto de Lei nº 306/2025, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, vinte indicações, uma moção de protesto, uma moção de apoio, cinco moções de congratulação. Em votação. Os deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. Não havendo oposição, dou-os por aprovados.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Também registrar e agradecer a presença da vereadora Suzana Ulisses, vereadora do município de Amambai; do senhor José Roberto Santos, o J Ribeiro, vereador do município de Amambai; a Esther Vital Barbosa, bombeira civil, representando a Brigada Civil Voluntária de Mato Grosso do Sul; o Alcir Dias, vereador do nosso querido município de Alcinópolis.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de dez minutos. Quero, mais uma vez, parabenizar, pelo seu aniversário, o deputado Zeca do PT. Vida longa ao deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, quero fazer um registro importante de uma medida provisória publicada pelo presidente Lula, a Medida Provisória nº 1.334, e explicar qual é o sentido dela. Temos uma lei federal que instituiu o piso salarial nacional do magistério, ou seja, hoje todos os professores do Brasil não podem receber menos do que o estabelecido

pelo piso nacional de salário dos professores. Essa mesma lei, que criou esse piso, estabeleceu a forma como esse piso vai ser reajustado ano a ano. E o reajuste do piso salarial nacional dos professores é calculado pelo custo-aluno. A cada ano, o Governo faz o cálculo e publica qual é o índice para o reajuste do piso do magistério. Ocorre que, fazendo os cálculos previstos na lei federal, o magistério teria este ano um aumento de apenas 0,37%. Ou seja, não teria aumento nenhum. O presidente Lula, entendendo a importância de preservar o piso do salário dos professores e o reajuste como sendo importante para não haver uma defasagem desse piso, atendendo a um pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação (CNTE), que hoje tem como presidente a professora Fátima Silva, do nosso estado, publicou uma medida provisória estabelecendo o reajuste do piso dos professores em 5,4%, ou seja, a inflação acumulada no ano. Com isso, preserva-se o valor do piso salarial nacional dos professores, não permitindo uma defasagem e essa é uma conquista garantida pelo presidente Lula com esse reajuste anunciado por essa medida provisória. Sabemos que medida provisória entra em vigor a partir da sua publicação e o Congresso tem cento e vinte dias para homologar, aprovar a medida provisória ou rejeitá-la. Aproveito este anúncio para fazer uma cobrança ao Governo de Eduardo Riedel, porque, em Mato Grosso do Sul, temos 67% de professores convocados, ou seja, temporários, contratados. E esse contingente de professores, a maioria dos professores, recebe a metade do salário dos professores efetivos. Uma grande injustiça cometida no governo Reinaldo Azambuja, preservada no Governo de Eduardo Riedel. Quero fazer uma cobrança, para que o governador Riedel aplique este índice de 5,4% no piso dos professores efetivos, mas que garanta um aumento de pelo menos o dobro disso, ou triplo, 15, 10, 15% para os professores convocados, diminuindo a diferença do salário deles com relação ao salário dos efetivos. Foi uma promessa de campanha do governador Riedel, de fazer a equiparação salarial dos professores convocados e efetivos. Ele esteve como candidato na Fetems, assinou uma carta de compromisso, mas não cumpriu esse compromisso. É importante dizer, porque estamos chegando, mais uma vez, a uma eleição em que o governador é candidato à reeleição e faço essa cobrança, da categoria dos professores do nosso estado, que estão amargando esse achatamento nos seus salários, por causa dessa injustiça que foi cometida, recebendo praticamente a metade do salário dos efetivos. Quando o governador Reinaldo Azambuja mandou um projeto para diminuir o salário dos convocados, era uma diferença de 32% e, hoje, a defasagem é tamanha que essa diferença representa 50%! Os professores convocados — repito, que são a maioria — estão recebendo a metade do salário dos professores efetivos. Então, faço essa cobrança ao governador, que ele cumpra a sua promessa de campanha e que reajuste o salário dos convocados. Penso que, na altura do campeonato, seria hoje até uma ilusão falar em isonomia, em equiparação salarial, mas, pelo menos, que dê um aumento significativo, acima do que foi estabelecido na medida provisória, para os professores efetivos, que tenha um reajuste significativo para os professores convocados. Faço essa cobrança, porque foi uma promessa de campanha e ela tem que ser cumprida. Além do mais, é muito importante que o Governo realize um concurso público para professores do estado e diminua esse índice absurdo de professores temporários. Concurso público é a forma de ingresso no serviço público [e a falta de concurso] é uma irregularidade que o Ministério Público deveria fiscalizar e acionar o Governo para corrigir essa distorção. Sabemos que, hoje, não há



interesse do Governo em fazer concurso, porque existe essa diferença salarial enorme entre temporários e efetivos, mas o Ministério Público deveria cobrar do Governo, porque, pela Constituição, o ingresso no serviço público é através de concurso público e o professor efetivo tem o direito à ascensão, à progressão funcional, tem a carreira no serviço público e pode desfrutar [das conquistas]. Fica aqui a minha cobrança em favor dos professores convocados, espero que até o mês de maio haja anúncio de um aumento significativo para essa parcela tão importante e tão numerosa da categoria dos professores de Mato Grosso do Sul. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa- PSDB) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, vou declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada a Sessão (11h20min).